



ELITE SOCIAL E ESPAÇO URBANO: FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE – PORTO ALEGRE 1889-1930¹

Diego de Oliveira Elias²

Resumo

O advento da República no Rio Grande do Sul mostra todo um contexto diferenciado do restante do país, temos a ascensão de uma elite burguesa à frente da administração do Estado, e que ira defender seus ideais de progresso para todo o estrato social. Este artigo analisa a relação do ideal desta classe com o espaço urbano de sua capital.

Palavras-chave: Burguesia. Espaço Urbano. Imaginário Cultural

Introdução

O contexto de 1889, na passagem da Monarquia para a República no Brasil foi um momento de ruptura que trás consigo toda uma gama de transformações para o meio social que nem mesmo os defensores do ideal republicano puderam prever. A alternativa de modelo político é apresentada como solução para as mazelas “criadas” pela administração monárquica. No entanto, a república não resolve estes problemas, e ainda cria novos, à luz da modernidade e do progresso. No Rio Grande do Sul, a Proclamação é recebida quase pelo acaso, já que se configurou como um golpe de gabinete, sem integração dos partidários republicanos do restante do país.

Essas mudanças modificam o contexto social no Brasil do fim do século XIX e início dos XX, as quais, temos como base um Estado comandado por homens ligados ao meio rural, e que importam um modelo de sociedade nos moldes europeus, como sinônimo de modernidade e progresso. No Rio Grande do Sul, não foi diferente, sendo marcado principalmente pela doutrina positivista, a qual marcou a administração do Estado com mais ênfase que em qualquer outra região do país.

O presente artigo pretende analisar as transformações ocorridas no espaço urbano da capital gaúcha, ocorrida de acordo com os moldes burgueses e positivistas da elite dirigente. Para tal pesquisa, se fez necessário analisar como um grupo social, desvinculada às elites tradicionais, ascende ao poder, já que o contexto nacional se configura por dirigentes

¹ Artigo apresentado à disciplina de História do Brasil III do curso de História da Faculdade Porto-Alegrense, como requisito parcial para aprovação da disciplina. Orientador: Ricardo Artur Fitz.

² Graduado em História, Licenciatura Plena, pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA. Contato: dieguito.oliveira.elias@gmail.com

puramente oligárquicos; é analisado qual o ideal de cidade que este novo grupo social quer proporcionar para Porto Alegre, frente a uma cidade tomada por desenvolvimento desigual, e ainda ligada ao imaginário rural; por fim, é destacado quais as inspirações de reforma urbana e como ela se configura na Capital. Estes pontos são destacados para tentar compreender como esta elite burguesa incuti no meio social sua visão de mundo, já que tendo seu poder legitimado, realiza práticas coercitivas e de violência simbólica, de forma que a sociedade reproduza o seu ideal de organização urbana. Esta pesquisa tem como base fontes bibliográficas.

A Elite Urbana Rio-Grandense

Nesta parte da pesquisa, não pretende-se fazer um histórico da formação da elite política burguesa gaúcha, mas tecer alguns pontos relevantes para maior entendimento do comportamento do estrato social economicamente dominante no Rio Grande do Sul ao longo da República Velha. Três fatores devem ser considerados: a formação do PRR; a origem da elite intelectual; e a forma como esta elite via seu papel na sociedade.

Observa-se que ao longo do Segundo Reinado na História do Brasil, tem-se um desenvolvimento econômico, com o sucesso do cultivo do café e do setor de importações. O Brasil ascendia economicamente e mudava as suas relações de trabalho. Contudo, esse mesmo desenvolvimento desencadeia novas demandas para as classes que estavam à frente desta ascensão econômica. No âmbito político, essas diferenças são demarcadas entre os Partidos Liberal e Conservador. Por mais que se revezassem no poder, os liberais reivindicavam uma maior descentralização política e administrativa, e que as províncias tivessem suas necessidades contempladas; já os conservadores estavam mais próximos do aparelho burocrático monárquico e, com isso, defendiam a centralização do poder.

A crise monárquica, gerada pelo próprio desenvolvimento econômico social do país, marcou o maior distanciamento entre os Partidos políticos e, conseqüentemente, das elites sociais. Ao passo que os Conservadores cada vez mais representam o estamento burocrático monárquico, aumenta a distancia com relação aos Liberais, “aglutinando-os em torno de uma bandeira reformista” (PINTO, 1986, p.06), num primeiro momento de cunho federativo, mas pela ameaça de haver uma reforma federativa dentro da própria lógica monárquica, a bandeira da república foi abraçada pelos dissidentes do antigo Partido Liberal, representados pela elite agrária.

Ao passo que no âmbito nacional as coisas caminham na direção da consolidação do poder oligárquico, no Rio Grande do Sul as disputas políticas se configuram completamente diferente. O Partido Liberal, representado pelas elites pecuaristas, estavam de laços estreitados com a Monarquia, não tinham as mesmas reivindicações do setor agrário de São Paulo ou Rio de Janeiro, já que a economia do sul não girava ao redor do café, base da

economia brasileira, e, como observa Reichel (1975), a economia gaúcha se organizou, principalmente, no âmbito regional. Além disso, as elites pecuaristas não sofreram tanto com a abolição da escravatura quanto foi com os produtores do café. Com isso, não observa-se a mesma organização de oposição da elite econômica agropecurista no Sul.

Na forma como se configura as elites tradicionais no Rio Grande em relação à monarquia, a proposta republicana provem de outro setor social, neste caso, destaca-se um grupo ligado à alguns estancieiros, principalmente da região Norte do Estado, onde tinham uma outra formação social e intelectual, que irão defender outros ideais, e tentar quebrar o sistema de privilégios políticos e econômicos para as elites tradicionais pecuaristas. Esse grupo, na maioria filhos de estancieiros, vão formar o Partido Republicano no Rio Grande do Sul em 1882.

Pesavento (1999) revela que os fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense defendiam as idéias do meio urbano e que estavam ligados à intelectualidade: eram os donos de jornais e periódicos, cronistas, fundadores de escolas particulares e, alguns, membros e fundadores do Clube *Partenon Literário*, ou seja, de longe pessoas ligadas as elites tradicionais³.

Os propagandistas da nova proposta eram um grupo de jovens bacharéis recém formados, geralmente filhos de estancieiros rio-grandenses. Quando estudantes, a maior parte deles na faculdade de Direito de São Paulo, haviam entrado em contato com as idéias republicanas e positivistas, bem como vivenciado todo um clima de efervescência política e de transformações econômico-sociais experimentadas pelo centro do país. [...] Eram filhos de estancieiros, mas geralmente desvinculados da pecuária tradicional do eixo Pelotas-Riogrande-Bagé.(PESAVENTO, 1988, p.p. 94-95).

Nesta mesma perspectiva, Fonseca destaca que o Partido Republicano tomou impulso “[...] contando com o apoio decisivo de um grupo de bacharéis que regressavam ao Estado após estudar em São Paulo e Recife” (FONSECA, 1983, p. 87). Ou seja, além de não pertencerem ao meio rural, ainda tinha formação acadêmica, e já tinha tido contato com outras realidades e idéias sobre formas modernas de governo. Pesavento, também trás que alguns dos membros do PRR também tinham estudado em Paris, ou tinham tido uma estadia por lá durante algum tempo, dessa forma teria, assim, migrado algumas idéias da burguesia européia, marcado pela lógica positivista Comteana e do próprio Iluminismo (PESAVENTO, 1999), e que também já estavam presente em larga escala na Capital do Império. Neste sentido, a origem intelectual e a formação partidária se confundem.

³ Isto não significa que esta elite partidária não pertença a famílias ligadas ao cultivo ou a pecuária, como bem chama a atenção Félix (1996), esta elite tinha origem numa burguesia agrária, principalmente do Norte do Estado. O que pretende-se destacar é que os fundadores, e posteriormente, os membros do PRR não tinham os mesmos interesses que elite tradicional da fronteira Oeste e Sul. Consequentemente, nem mesmo tem a mesma formação intelectual.

Com a Proclamação da República, observa-se que o PRR não descendia do Partido Liberal do período do Império como ocorre no Rio de Janeiro e em São Paulo (assim como no restante do país), nem tinha no seio as elites tradicionais agropecuaristas (presentes nos partidos republicanos do restante do país), com isso, ascende ao poder do Estado um Partido que não estava comprometido diretamente com os interesses das elites oligárquicas.

Apesar de fazer parte do pacto de governadores do país, o PRR se comporta um pouco controverso a doutrina oligárquica vigente, mas apóia o esquema de revezamento entre Minas e São Paulo para garantir maior autonomia regional na administração do Estado. Por outro lado, a União apóia o PRR por ser o único representante da alternativa Republicana do período da Proclamação, visto que os Liberais estiveram de laços estreitados com a Monarquia. Posteriormente, apesar dos Liberais se organizarem perante a nova ordem, o PRR continua sendo apoiado por ser a única forma coesa de representatividade dos ideais republicanos no Rio Grande. Trindade (1979) ratifica esta idéia, quando destaca as diversas frentes, de caráter efêmero, que a oposição se organizou; apontando também que a oposição oligárquica do Rio Grande tentou se articular para dar alternativa Republicana para o Governo Federal. Assim, apesar das constantes investidas da oposição, o PRR consegue se manter como Partido dominante no Estado, ao mesmo tempo que, como destaca Félix (1996), consolida o sistema bipartidário, reconhecendo a oposição, já que não consegue exterminar totalmente com as relações de mando e de privilégios que tinham se desenvolvidos até a Proclamação.⁴

Junto à consolidação do PRR como Partido dominante no Rio Grande do Sul, analisa-se a ascensão do ideal Positivista Comteano no interior dos republicanos. Como já foi destacado anteriormente, os fundadores do PRR, além de não pertencerem ao meio agrário tradicional, tinham uma formação acadêmica que não era comum a toda a sociedade gaúcha, e já tinham tido contato com idéias importadas da Europa. Neste sentido, destaca-se que a elite urbana, que é burguesa e partidária do PRR, defendia uma ditadura republicana científica, organizando a sociedade sob os moldes franceses de ordem e progresso. Com isso, temos uma classe dominante que ansiava pelo seu bem estar, e que procurava dar as diretrizes para o comportamento do meio social.

A história do Positivismo rio-grandense, como a de qualquer ideologia, é feita de omissões, compromissos, resistências, erosões e deslocamentos de sentido e ênfase. Esses movimentos regem-se, de um lado, pelas variações dos interesses materiais e políticos de seus usuários e, de outro, pelos modismos intelectuais e pelo confronto com seus concorrentes ideológicos. [...] assim, no período da propaganda republicana, sublinha-se o caráter “científico” do comtismo, de maneira a valorizar as proposta de um grupo político minoritário, aproximando-as dos modelos culturais cientificistas então em voga. Com o declínio das correntes evolucionistas e cientificistas

⁴ A autora defende que para a consolidação do poder, o PRR coopta as relações de poder local da elite tradicional, acentuando-se esta prática no período Borgista.

entre as elites brasileiras e a eclipse do Positivismo (político ou não) a nível nacional, o PRR passa – especialmente após a morte de Castilhos – a sublinhar, de preferência, as virtudes moralizadoras do comtismo. Procura-se então aproximar as formulas positivista das “virtudes naturais do gaúcho”. [...] agora valoriza-se seu respeito à hierarquia e a sua disposição à obediência. (BOEIRA, 1980, p. 36).

Com isso, a elite burguesa urbana, liderada pelos ideais do Partido Republicano Rio-Grandense, ideologicamente se cerca para consolidar seus interesses e moldar novas diretrizes para toda a sociedade gaúcha. Neste sentido, pode-se sublinhar que essa elite, tanto politicamente quanto socialmente, se via destinada a levar os que estão ao seu redor a redenção de uma sociedade que tem “o Amor por princípio e a Ordem por base, o Progresso por fim”⁵.

Contudo, destacou-se que ao longo da República Velha, o Rio Grande do Sul passa por uma formação partidária republicana diferenciada do que ocorreu no restante do país. Tem-se a formação de um Partido Republicano, não comprometido com as elites agropecuaristas, e com forte tendência autoritária, necessária à manutenção de seu poder e pelo próprio fundo Positivista que legitimava as suas ações. Além disso, a origem dos precursores do PRR remete a uma elite urbana Intelectualizada, que imbuída de ideais acadêmicos e importados da Europa, principalmente o positivista, pretendia dar outra organização social a uma sociedade recém saída do regime monárquico, já que viam sua ideologia como superior às que tinham estado em voga até então; procurando dar uma nova face a esta sociedade nascente.

A Sociedade x A Cidade Positivista

De fato, o positivismo era uma febre, ou moda da virada do século XIX para o XX. As teorias tradicionais já não davam mais conta da nova realidade que se compunha. Até mesmo porque a sociedade ainda estava à sombra da monarquia, e aderir novas ideologias era fundamental para manutenção da ruptura feita na Proclamação da República, principalmente no Rio Grande do Sul, onde existe uma oposição organizada, e fazer relação entre o PRR e o positivismo para apresentar à sociedade, também contribuí à manutenção e legitimação do poder do Partido.

No Rio Grande do Sul o positivismo difuso atingiu pelo menos três públicos distintos [...] primeiro um pequeno grupo de intelectuais que absorveu as idéias de Comte (teorias e afins) [...] é o caso, por exemplo, de Júlio de Castilhos, [...]. Segundo, um grupo bem mais amplo, composto por intelectuais ligados a várias atividades como jornalismo, direito e história, que se utilizou de aspectos do comtismo e do cientificismo para apresentar suas idéias. Neste grupo cabem, por exemplo, boa parte dos intelectuais ligados ao PRR envolvidos na imprensa partidária depois de 1903, [...] finalmente, o positivismo comtiano e os cientificismos evolucionistas

⁵ Lema positivista.

afetaram o público em geral, leitores de jornais ou vítimas de discursos e conferências. (BOEIRA, 1980, p. 46).

Neste processo de projeção da Doutrina Positivista e dos ideais republicanos no meio social, que já vinha sendo difundido desde a fundação do PRR em 1882 e acentuado após a Proclamação da República, tem-se o início de uma nova ação de legitimação do poder, o qual por mais que estivesse garantido em estâncias legais, necessitava ser legitimado por outras vias junto ao senso comum. É neste sentido que observa-se a ascensão da figura de Júlio de Castilhos, enquanto líder carismático, ícone do PRR, posto como paternalista, salvador, e defensor da sociedade e do próprio Partido.

Para construção deste “mito vivo”, destaca-se, como pano de fundo, as idéias de August Comte. Aliado a lógica republicana, Castilhos faz a releitura destes ideais para a imposição de um novo sistema. Com isso, Castilhos consolida-se como figura dominante, em estância carismática, e após 1891 vista como uma forma de dominação tradicional pelos partidários do PRR, ao mesmo tempo que se cerca sob as instâncias legais, pela própria Constituição de 1891, onde garantindo seu exclusivismo e centralização do poder, esvai o legislativo e passa a governar por decretos⁶.

Um segundo ponto a ser destacado sob o inculcamento do positivismo na sociedade é a forma como esta elite difunde, não só o positivismo, mas o ideal burguês como verdade absoluta e natural no seio da sociedade como um todo. Destaca-se neste sistema a perspectiva de Bourdieu sobre ação de violência do tipo simbólica, onde:

A violência simbólica expressa-se na imposição “legítima” e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante, reproduzindo as relações do mundo do trabalho. O dominado não se opõe ao seu opressor, já que não se percebe como vítima deste processo: ao contrário, o oprimido considera a situação natural e inevitável. (L’APICCIARELLA, 2003).

Considerando os fatos descritos a cima acerca da consolidação e legitimidade do poder, destaca-se uma série de medidas para dar uma nova feição a cidade de Porto Alegre, apoiando-se na legitimação do poder de caráter carismático e legal, e fazendo uma prática de dominação intelectual através de elementos simbólicos culturais, pondo os ideais burgueses e positivistas de progresso à toda sociedade.

Neste contexto, existe toda uma construção de uma justificativa para remodelação da Capital dos gaúchos, apoiado nos ideais positivistas para dar conta aos anseios da burguesia de Porto Alegre, onde “as reformas atendiam à nova concepção burguesa de cidade veiculada pela elite, o centro deveria ser o lugar de conduta ‘civilizada’ [...]” (MONTEIRO, 1995, p.34). Antes de abordar o projeto de remodelação em si, cabe analisar como a Porto Alegre do início da República tinha se desenvolvido; qual era o ideal de cidade dos positivistas; e como a ordem burguesa se impôs sobre a sociedade, para então

⁶ Não é o objetivo desta pesquisa os detalhes do governo do PRR, mas para maiores esclarecimentos ver: PINTO(1986), TRINDADE (1979) e FÉLIX (1996).

compreender como se dá e com que caráter é imposto à sociedade o projeto de remodelação da cidade – que será exposto no próximo ponto desta pesquisa.

A Porto Alegre da virada do século teve um desenvolvimento desigual, no campo social e de estrutura urbana. Observa-se que a cidade ainda tinha um conceito medieval de cidade, circundada por uma linha imaginária que demarca o espaço urbano, onde todo aparelho jurídico institucional fica dentro do mesmo.

As cidades medievais tinham na muralha um de seus elementos característicos, como é largamente difundido. Sem que o Brasil tenha vivido uma idade média, a distante Porto Alegre, no extremo sul do país, ostentou também, no seu passado, “muralhas” que a circundavam. As fortificações, iniciadas em 1778 e demolidas em 1845, tiveram seu sentido defensivo de proteger a cidade dos ataques espanhóis que, ao longo do século XVIII, por três vezes haviam invadido o Rio Grande. Longe de se assemelharem às muralhas de pedra das cidades européias da Idade Média, nossas muralhas eram apenas trincheiras de “pau-a-pique”, com um valo na parte externa, [...]. Mesmo depois de demolidas, elas permaneceram no imaginário popular como a fronteira simbólica que dividia a “cidade” da zona baixa, pobre e suburbana. (PESAVENTO, 1999, p. 250).

Neste sentido, esta linha divisória demarca além do território urbano, também o espaço de exclusão de pobres e, sobretudo, de negros. Com o crescimento demográfico, a área citadina não comportava mais, de forma ordenada, a população, observa-se que a cidade cresce extrapolando a linha que separava a civilização do “resto”. Mesmo no centro da cidade, têm-se desigualdades sociais, o aparecimento de “becos”, onde reunia as camadas menos favorecidas, em busca de habitações, jogos, divertimentos baratos, venda de bebidas alcoólicas, etc. Da mesma forma como se configurava na cidade do Rio de Janeiro, porém nesta, com destaque aos chamados “cortiços”, onde, além de ser espaço de habitação popular, preenchia certas lacunas que a nova realidade republicana deixa, quase como um espaço de resistência. No entanto, na Porto Alegre não acentua este tipo de comportamento autônomo destes espaços, justamente pela forma que se desenvolve o meio urbano, ligado às tradições do campo e de hierarquização social.

Além de Porto Alegre, enquanto *Urbe*, não mais responder as novas necessidades da sociedade burguesa, ela também esta ligada às tradições rurais. Estes fatores influenciaram não só no projeto e realização de uma reforma urbana, mas também, sob o ponto de vista ideológico, legitima a ação dos positivistas em impor um novo conceito de cidade baseado em ideais científicos visando o progresso, próprio da Doutrina Positivista. Tem-se uma burguesia que trás consigo, além destes ideais, também temos burgueses europeus presentes no comportamento desta camada social e que ditaram os princípios morais da cidade e das atitudes políticas frente ao projeto de remodelação do espaço urbano.

Junto a toda esta configuração do estrato social menos favorecido, e sem nenhum tipo de representação partidária, observa-se, lado a lado, o desenvolvimento de uma burguesia urbana, que irá ocupar a mesma cidade com hábitos totalmente diferentes. Temos ruas

destinadas ao passeio da burguesia, à realizar o seu *footing*, em meio a toda camada pobre da cidade e aos chamados *miasmas*, fruto de uma cidade superinchada e inapropriada as necessidades da época. No contexto de 1890, Pesavento destaca:

Ao longo do Caminho Novo, despontavam as chaminés das fábricas e, nos arrebaldes, olarias chácaras e matadouros, coabitando com as casas dos habitantes. E o centro, reduto simbólico da urbanidade intramuros, viu erguerem-se palacetes na cidade alta. Mas seus moradores, para irem à Rua da Praia, precisavam cruzar por becos e ruas cheias de tavernas, bordéis e cortiços. As próprias ruas da parte baixa da cidade, zona comercial por excelência, ostentava uma variedades de tipos e gente de todos os níveis sociais, que se cruzavam nas ruas. (PESAVENTO, 1999, p. 254).

Na reação à esta situação, a elite externaliza a sua indignação e sua visão de mundo em diversas formas, de modo a impor um modelo de comportamento, ao mesmo tempo que incute na sociedade quais os parâmetros ditos do “homem bom”, ou da moda, como sendo o objetivo a ser alcançado por todos.

A opinião pública conservadora recriminava a existência de cortiços, porões casebres e barracos que, superlotados e infectados, sem ar e sem luz, eram antros de promiscuidade e sujeira. Argumentava a *Gazeta da Tarde* (Porto Alegre, 17 jan. 1898): “a moradia em porões, é de necessidade urgente proibir, mas de modo terminante, sem transigências. Os pseudo-filantropos, proprietários dos cortiços e porões perguntariam logo: mas aonde irá morar esta gente pobre? É fácil a resposta. [...] os arrebaldes estão aí e devem ser ocupados pelos proletários. Na cidade propriamente dita só devem residir os que podem sujeitar-se às regras e preceitos da higiene”. “Quem é pobre não tem luxo [...], more na cidade quem tiver condições de cidadão” (*Gazeta da Tarde*, Porto Alegre, 12 abr.1897, IN: PESAVENTO, 1992, p. 38).

Como foi destacado na primeira parte deste trabalho, quem estava a frente destes jornais eram membros da burguesia urbana, que ditava os valores burgueses. Ao mesmo tempo destaca-se o princípio do que Pierre Bourdieu chama de ação pedagógica, ação esta que está presente dentro do conceito de Violência Simbólica, que é percebido ao longo de todo o período de administração do PRR, assim como na reforma urbana feita por Otávio Rocha em 1924.

Enquanto poder simbólico que não se reduz jamais por definição da força, a ação pedagógica não pode produzir seu efeito próprio, isto é, propriamente simbólico, *a não ser na medida em que se exerce numa relação de comunicação*. (BOURDIEU, 1982, p. 32. grifo nosso).

Ou seja, tem-se a imposição da burguesia neste todo, que se sobrepõe as camadas menos favorecidas, justamente pelo fato de que a classe econômica estava representada partidariamente, aumentando a sua condição de status, com isso legitimando a sua visão de mundo, e mais, legitimando as suas *ações pedagógicas* para a sociedade, ações estas que defendem o ideal de uma elite, e que são difundidas pela imprensa, pela forma como se organiza a sociedade no meio urbano, principalmente depois da reforma de 1924.

Reconhecesse, assim, como ação pedagógica toda a ação social da elite, impondo seu modo de pensar, sufocando as outras formas culturais presentes na sociedade.

A cidade e a moral, frente ao estrato social dominante, desenvolve um ideal de cidade baseado na Doutrina Positivista Comteana, onde deve imperar o planejamento, o cientificismo, servindo ao desenvolvimento econômico e principalmente ao bem-estar da sociedade como um todo, tendo por fim último o progresso, estado positivo da sociedade. Não somente o progresso enquanto estrutura da cidade, mas, ao lado deste conceito, é posto o progresso social, baseado numa *ordem moral*, próprio do positivismo. “Neste contexto se insere Comte, que divisava a possibilidade da construção de uma sociedade racional, regida por leis tão científicas quanto aquelas que norteavam a natureza” (PESAVENTO, 1988, p.98). É interessante este aspecto, pois justamente a Doutrina Positivista dá margem a interpretações, já que Comte prevê que não há um modelo único de progresso para a sociedade, pois cada uma teria especificidades as quais serviriam para instauração de um novo regime (TRINDADE, 1999). Neste sentido que Júlio de Castilhos faz uso de tanta propriedade da Doutrina Comteana, mesmo a deturpando em muitos aspectos. Se faz esta análise, pois mais do que pensar o que seria um ideal de cidade positivista, não deve-se esquecer de que se está observando a visão de cidade de acordo com a leitura de Castilhos, oriundo da classe burguesa, para o progresso da sociedade gaúcha. E é nesta leitura que se encontra a justificativa para a marginalização de populações pobres que não condiziam com os ideais de cidade burguesa, limpa, progressiva e apresentável como metrópole que angariava ser.

Contudo, a cidade de Porto Alegre, com o advento da República, tinha se desenvolvido de forma desigual e ligada às tradições rurais. No movimento de forjar uma nova identidade a capital, temos a implantação e legitimação de uma nova ideologia, ferindo assim a cultura social até então em voga. Ideologia esta de uma elite econômica, representada partidariamente, que reproduz no meio social seus ideais como sendo os de toda a sociedade.

O Projeto de Remodelação

Após destacar como se consolida uma elite dominante no poder do Estado, e como se comporta frente ao desenvolvimento de Porto Alegre até a Proclamação, cabe destacar como se configuram as remodelações que viam sendo ocorridas pelos principais referencias desta elite: França e Rio de Janeiro. Para então compreender como se dão estas influencias na capital dos gaúchos.

Para analisar como se dá a revitalização da capital francesa, apontaremos alguns pontos com relação ao conceito de cidade que vigorava ao longo do século XVII e XVIII. Com a Revolução Industrial européia, a cidade começa a se configurar em torno dos

grandes centros industriais; têm-se inchaços destes espaços, configurando o que seria a cidade da Era Moderna, o que Benevolo chama de *Cidade Liberal*, onde a lógica capitalista, como se desenvolveu, começa a ditar o tipo de cidade que vai sendo erguida, quase que num movimento involuntário.

A cidade liberal – é o resultado da supra-posição de muitas iniciativas públicas e particulares e não coordenadas. A liberdade individual, exigida como condição para o desenvolvimento econômico industrial revela-se insuficiente para regular as transformações de construção e urbanismo, produzidas justamente pelo desenvolvimento econômico.(BENEVOLO, 1993, p. 567).

Ou seja, esta cidade da Era Moderna é produto de um desenvolvimento desordenado e não planejado, onde é caracterizada pelo aumento demográfico, por procura de melhores condições de trabalho; pelo aumento de natalidade e de perspectiva de vida; por um movimento migratório do campo para a *urbe*; desenvolvimento de redes de comunicação viária; maior circulação de capital; e, principalmente, rapidez do desenvolvimento deste processo. Com isso, a cidade, além de compreender o conceito medieval já citado anteriormente, se configura por construções aglomeradas, construídas com material de baixa qualidade, exacerbando as diferenças sociais de uma cidade industrial que remunera seu proletariado com baixos salários. Não é a toa que Karl Marx irá despertar seu senso crítico frente a uma Inglaterra rodeada por diferenças sociais, consequência do desenvolvimento do capitalismo industrial, já que é na “Rainha dos Mares” que se observa com mais densidade os aspectos acima descritos.

Portanto, os primeiros projetos de remodelação da Urbe européia giram em torno de ordenar a forma à qual se desenvolveu a chamada Cidade Liberal. É neste sentido que se volta esta análise para o caso de Paris. Na França, o desenvolvimento de sua capital não foi diferente, contudo fica mais emblemático o conceito de cidade “forte”, ou seja, murada, cercada, uma lógica medieval de segurança. É neste cenário que o Barão de Haussmann, apoiado por Napoleão III, e por duas medidas legislativas - a lei de expropriação de 1840, e a lei sanitária de 1850 - legitimaram os planos de remodelação em tão pouco tempo: 1851 a 1870.

Este movimento de revitalização do espaço urbano será chamado por Benevolo de *Cidade Pós-liberal*, no sentido de dar uma ordenação a cidade fruto do desenvolvimento econômico, e que dá moldes ao conceito de cidade na contemporaneidade, a qual “a cidade pós-Liberal se sobrepõe à cidade mais antiga, e tende a destruí-la: interpreta as ruas antigas como rua corredor, e elimina os casos intermediários entre utilização pública e privada do solo[...]” (BENEVOLO, 1993, p. 580). Este mesmo movimento parisiense será designado por Pesavento como “*Cidade Aberta*” no sentido de abertura de ruas e de ampliação do espaço urbano, não somente circundado pelas muralhas da cidade.

Sem dúvida, a nova concepção de “cidade aberta”, apoiada no movimento e na diversidade, é expressão tanto de um processo de transformação capitalista do mundo quanto de renovação cultural trazida pelo iluminismo [...]. (PESAVENTO, 1999, p. 38).

No Brasil, com a instauração da república, todo este processo de revitalização parisiense ocorrida ao longo de 1850 á 1870, servirá de principal exemplo para as obras que iriam ocorrer na Capital Federal. Nesta influencia cultural, precisamos destaca-se a vinda de imigrantes ao Brasil, que trazem novas idéias ao longo de todo século XIX; os membros da elite da sociedade carioca tiveram contato com essas novas idéias de espaço urbano; e a Europa, em especial a França, vinha sendo adotado como ícone de progresso por países vizinhos do Brasil, como, por exemplo, Uruguai e Argentina⁷. Neste conjunto de fatores, temos toda a formação de um imaginário cultural do que ser uma cidade moderna e progressa, ao mesmo tempo, observa-se um crescimento desordenado do Rio de Janeiro, não pelos mesmos motivos de Paris, já que na capital do Brasil não havia ocorrido o mesmo desenvolvimento industrial, conforme Patto (1999, p.167), “apenas uma incipiente industrialização”, tem-se o inchaço da cidade por ser um grande centro comercial; também por ser a capital do Império, que proporcionou um aglutinamento em torno do principal centro administrativo; aumento demográfico pela constante vinda de imigrantes; e pelo advento da abolição da escravatura que tornou em “homens” os que eram vistos até então como propriedades. Em fim, destaca-se que há no Rio de Janeiro um problema voltado para a questão da habitação.

O aspecto geral da cidade do Rio de Janeiro na virada do século ainda era, segundo cronista da época, o mesmo do tempo dos vice-reis, exceção feita à paisagem humana. Acrescida de escravos libertos vindo de vários pontos do país, migrantes nacionais e estrangeiros, funcionários públicos, empregados no comércio e no setor de serviços, todos eles pressionados por um desemprego, inflação e baixos salários, a vida da cidade resultou no chamado “caos urbano” e no recrudescimento de questões recebidas do Império: a crise habitacional persistiu e se agravou depois da Proclamação da República, as epidemias reinavam com intensidade jamais vista e problemas de saúde pública desafiavam as autoridades. O conjunto de medidas sanitárias para a cidade do Rio, aprovado em congresso médico realizado em 1889, incluía mudanças na planta da cidade e ações drásticas de vigilância sanitária reunidas numa operação que ficou conhecida como “o bota-abaixo”. Levada a efeito a partir de 1903 pelo então prefeito carioca Francisco Pereira Passos, ele modernizou o porto, promoveu a abertura de avenidas e praças, erradicou moradias coletivas, alargou calçadas e ruas, melhorou a circulação do tráfego, expandiu a área urbana. (PATTO, 1999, p. 177).

Neste contexto, temos por um lado, a principal referencia européia das elites já havia passado por suas principais reformas urbanas, consideradas então de extrema ousadia em busca da modernidade e do progresso. E por outro lado, a Capital da República, seguindo o

⁷ Para maior esclarecimento do caso Uruguai ver BARRÁN; CAETANO; PORZECANSKI. **Historias de la vida privada en el Uruguay**. Montevideu: Taurus, 1996.

mesmo exemplo, usando inclusive medidas coercitivas para por em prática seus planejamentos, como mostra a eliminação dos cortiços (como o “Cabeça de Porco”). Assim, voltamos então a análise para o contexto de Porto Alegre, onde, como já foi estacado, tem uma elite intelectual formada nos principais centros do império, tem conhecimento das idéias européias de espaço urbano, são adeptos de um ideal positivista, e como diz Pesavento no documentário sobre Porto Alegre (ARAGON e LERNER, 1996) “- pairava no ar da cidade um desejo de ser metrópole”, e, como diz Célia Ferraz no mesmo documentário: “- havia um desejo de transformar esta cidade (Porto Alegre) numa capital verdadeira”, ou seja, estavam postos todos os condicionantes para haver uma reforma no espaço urbano. Temos um desenvolvimento industrial regional⁸ e inchaço populacional⁹, e a estrutura da Urbe já não atendia as suas necessidades; existe uma necessidade de higienização, devido às epidemias citadinas; e necessita-se uma nova estrutura para escoar a produção. Mas acima de tudo, temos uma burguesia que quer dar uma nova identidade a cidade, desvinculado ao meio rural da sociedade, que até então estava tão arraigado no imaginário social, e dar uma nova face que fosse mais agradável a lógica burguesa - até mesmo por que os principais adversários da ordem burguesa do PRR eram justamente os que viam deste meio rural, e dar uma nova organização à sociedade também era uma forma de manutenção do poder.

Sobre a cidade se produz um discurso que visa a atualização do imaginário da sociedade rio-grandense e porto-alegrense no sentido de alcançar a modernidade. Modernidade esta construída a partir do ideário das elites dirigentes [...] (MONTEIRO, 1995, p. 47).

É neste contexto que analisar-se-á o projeto de remodelação do espaço urbano em Porto Alegre. A obra mais rica sobre este tema é a Dissertação de Mestrado de Charles Monteiro (1995), onde ele analisa os detalhes deste processo. Observa-se que desde a instauração do PRR no poder, já existem formas de incutir na sociedade um modelo social, numa verdadeira “ação pedagógica”, com o intuito de impor uma cultura sobre outra simbolicamente, a começar pelo principal veículo de propaganda do Partido, o Jornal *A federação*, muito lido no período, e que irá divulgar as ações do partido com caráter de desenvolvimento do Estado, ou seja, como se o partido pretende-se contemplar todo o estrato social. O que de fato se apresentava, mas, na prática, de longe chegava perto disso, já que o PRR necessitava garantir sua posição no governo do Estado, e dar plenas oportunidades a classes opositoras, que poderiam se fortalecer, significaria dar margem a sua perda de poder.

⁸ Segundo MONTEIRO (1996, p.47) Porto Alegre na década de vinte teria assumido a liderança industrial da província, empregando 8.718 operários diretamente.

⁹ Em 1890 a população de Porto Alegre era de 52 mil habitantes e em 1900, 73 mil com uma concentração de 32 habitantes por metro quadrado.

No meio urbano a imprensa da época vai além de difundir os bem feitos do Partido: aponta as regras de moral e ética, baseados na doutrina positivista, associando então as práticas do PRR, as ações do Estado, ditas então como boas regras sociais. Lembrando que os redatores de *A Federação* eram os membros do PRR, em muitas vezes o próprio Júlio de Castilhos, Borges de Medeiros e o próprio Otávio Rocha, que esteve á frente da revitalização de Porto Alegre. São também neste jornal denunciados os problemas urbanos referidos a vadiagem, mendicância, jogo e prostituição, ou seja, são acusados uma série de comportamentos da cidade com tom pejorativo, e aponta a administração do Partido como responsável pela manutenção dos bons costumes, para poder viver a boa sociedade.

Além disso, temos todo um contexto de reformas que vão orientando o espaço urbano de acordo com a ordem burguesa ao longo da administração de José Montaury, que antecede a Otávio Rocha, mas que não tiveram a mesma ousadia que a posta em prática em 1924. No contexto de Montaury, observa-se a formação de áreas destinadas aos empregados das indústrias, que deveriam ficar próximos as mesmas, mas claro afastado ao meio da alta sociedade, surgem os bairros Navegantes e São João, onde se concentravam principalmente os imigrantes. Se a classe trabalhadora ficou deveria ficar próximo ao meio de trabalho, os pobres e negros foram mais marginalizados ainda do Centro da Capital. Nisto, surgem os ditos “Arraiais”, ou “Areais”, como o Colônia Africana, Baronesa, Cidade Baixa, que ficava além da cinta imaginária do espaço urbano. Áreas normalmente alagadiça, e inapropriada para a moradia imediata. A ocupação destes espaços foram acentuados na reforma de Otávio Rocha em 1924.

É evidente que as populações não foram pegadas por suas mãos e alojadas nestas áreas, mas a forma como foi concebido todo o projeto de remodelação, visava muito além dos interesses da burguesia, já que somente a burguesia poderia atender os requisitos exigidos por este projeto para viver no Centro da Capital.

Inicialmente a primeira versão de remodelação do espaço urbano foi planejada em 1914 pelo engenheiro-arquiteto João Pereira Maciel. No entanto, o chamado “Plano Geral de Melhoramentos” não foi executado, pois a administração de José Montaury, Intendente de Porto Alegre na época, não teve ousadia de pô-lo em prática devido aos investimentos em melhorias em outras áreas da cidade¹⁰ (MONTEIRO, 1995, p.p. 40-41), e a doutrina positivista orientava o equilíbrio orçamentário. Somente em 1924, na administração de Otávio Rocha, que a idéia de remodelação da cidade como um todo será retomado.

Porto Alegre da República Velha passa por uma tradição de intendentes e administradores ligados a arquitetura e engenharia. A própria fundação da Faculdade de

¹⁰ O autor destaca que o contexto da administração de Montaury estava ligado aos investimentos no escoadouro da produção, produzido pela demanda da Primeira Guerra Mundial. Seus investimentos já haviam ultrapassado os limites dos cofres públicos.

Engenharia próximo aos arredores da “cidade-alta” faz parte de toda uma lógica burguesa de formação da elite da sociedade, o próprio Intendente Otávio Rocha não fugia a esta tradição, era Engenheiro Militar. Alberto Bins, vice da chapa de Otávio Rocha, era empresário bem sucedido, estudara na Inglaterra e na Alemanha, trazendo novas tecnologias para o meio da metalurgia. Neste sentido, analisando o projeto de remodelação posto em prática, observa-se medidas como a abertura de três principais avenidas – Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e São Raphael -, que teriam no mínimo 20 metros de largura, com três pistas para o tráfego de veículos, e espaços para a circulação de transeuntes, tanto no centro, quanto nas laterais das avenidas.¹¹

É óbvio que os bicos que haviam se desenvolvido na cidade até então não teriam mais espaço neste plano de “modernização” da *Urbe*. Com isso, um grande grupo de pessoas necessita procurar outros espaços para viver.

Nesta análise, também há de se destacar a Reforma Fiscal também realizada por Otávio Rocha neste período, a qual colocou as tarifas mais altas para as habitações mais próximas do centro da cidade, ou seja, uma outra parcela da sociedade é obrigada a se afastar do centro, justamente pelas altas taxas cobradas. Interessante é observar os cortiços, pois a alta dos impostos foram revertidos para os locatários, para os proprietários, não onerando, num primeiro momento, os donos desses estabelecimentos; com isso, acentuando o movimento forçado dos menos favorecidos economicamente a se afastarem do centro da cidade. No entanto, mesmos estes espaços acabaram sendo exterminados.

O Plano de Reforma Urbana de Pereira Maciel, revisto pela administração de Otávio Rocha, foi apresentado em nove de dezembro de 1924, a Reforma Fiscal proposta pelo Intendente é posta em prática aos vinte e sete do mesmo mês através da lei 23, onde revisa os impostos municipais. (MONTEIRO, 1995, p. 62)

Começa a vigorar as taxas de 10% sobre o valor locativo dos imóveis localizados na zona urbana e 5% sobre o valor locativo dos imóveis na zona suburbana. Os cortiços e estalagens ou porões estabelecidos na área central [...] pagariam 50% do valor locativo. Os terrenos não edificadas (baldios) compreendidos na 1ª zona [...] pagariam 50\$000 réis ao ano. (MONTEIRO, 1995, p. 62)¹²

Com estas medidas, constrói-se no imaginário social que a área central é restrita aos ditos “verdadeiros cidadãos”, ou á aqueles que são realmente dignos de habitá-lo e de frequentá-lo, já que toda cidade se organiza em torno dos costumes burgueses. O projeto

¹¹ Segundo MONTEIRO (1995, p.37), Pereira Maciel chegou a planejar uma avenida marginal que circundaria as margens do Guaíba, da ponta da Avenida Júlio de Castilhos até o Bairro Tristeza. Esta avenida teria 60 metros de largura, vinte metros para cada pista de tráfego e um canteiro central arborizado com também vinte metros. Esta avenida nunca saiu do papel, justamente por que os interesses de Otávio Rocha privilegiavam a remodelação do centro da cidade.

¹² A tributação dos imóveis vai baixando conforme vai se afastando do centro da cidade chegando a 1\$000 na décima zona. Estas taxas foram aumentando quase 50% a cada ano, e que serviriam também para pagar o custeio das reformas e para pagar o empréstimo de 4 milhões de dólares para a realização do projeto.

de remodelação procurou reorganizar os habitantes no espaço urbano. É neste sentido que se afirma que todo o projeto de modernização da cidade, incluindo as práticas administrativas e a mídia foram ideológicos, beneficiando somente uma classe, já que somente esta classe poderia cumprir tais exigências.

Aliado a isso, a ampliação com o mercado internacional e o desenvolvimento econômico colocavam a elite porto-alegrense diante de novos padrões de vida e de consumo que geram um novo modo de viver e pensar a cidade. Novos padrões de conduta e sociabilidade, isto é, uma nova estética do viver em comum no espaço público, impulsionaram a criação de novos espaços urbanos (parques, praças, avenidas), a remodelação dos antigos espaços (alargamentos de ruas, melhoria da iluminação pública, arborização) e um novo modelo de cidadão (trabalhador, ordeiro e educado); com o auxílio de uma “pedagogia social” difundida através da imprensa. (MONTEIRO, 1995, p. 52).

As reformas feitas Otávio Rocha foram muito mais preocupadas como senso estético da cidade do que com a questão econômico-comercial, devido ao produto da mesma e aos seus mecanismos tributários que privilegiavam uma determinada classe para poder financiar este projeto, ao mesmo tempo que organizou o espaço urbano de Porto Alegre. Neste sentido que analisa-se estas medidas tributárias como ações pedagógicas com fim de reproduzir um modelo social. Além disso, a forma como se privilegiava as construções que tivesse um determinado aspecto, que contemplasse a estética burguesa, seria taxada com impostos mais baixos, mesmo estando nas áreas centrais da cidade. Entende-se que estes conjuntos de ações representam formas de violência simbólica, já que impõe à sociedade a visão de estética da elite dominante, e constrói no imaginário social um novo tipo de moral e ética para o meio urbano, seja através da imprensa, ou através das praças e passeios cheios de lojas e boutique, destinados ao *footing* da sociedade burguesa.

Considerações finais

Destacou-se que ao longo da República Velha, o Rio Grande do Sul passa por uma formação partidária republicana diferenciada do que ocorreu no restante do país. Tem-se a formação de um Partido Republicano, à parte das elites tradicionais da fronteira e dos pampas, Partido este com forte tendência autoritária, necessária à manutenção de seu poder e com fundo Positivista que legitimava as suas ações. Além disso, a origem dos precursores do PRR compunha uma elite urbana Intelectualizada, que imbuída de ideais acadêmicos e importados da Europa (além do Positivista), pretendia dar outra organização social a uma sociedade recém saída do regime monárquico, já que viam sua ideologia como superior as que tinham estado em voga até então, e procurando dar uma nova face a esta sociedade nascente.

A cidade de Porto Alegre, com o advento da República, tinha se desenvolvido de forma desigual e ligada as tradições rurais. No movimento de forjar uma nova identidade a

capital, temos a implantação e legitimação de uma nova ideologia, ferindo assim a cultura social até então. Ideologia esta, de uma elite econômica representada partidariamente, que reproduz no meio social seus ideais como sendo os da sociedade.

Estando esta classe econômica representada partidariamente no Estado, inicia todo um processo de legitimação das propostas de modernização do espaço urbano, seja pela via imprensa, ou pela via legal, emitindo leis municipais, que garantissem a ordem burguesa orientada pela lógica positivista. É neste sentido que se afirma que a modernização do espaço urbano compreende ações de violência simbólica, já que impõe a cultura da elite dominante sobre as demais (já que estas últimas não tinham nenhuma forma de representação partidária), através de ações pedagógicas visíveis pela forma que se conduziu as reformas da cidade, pelas leis formuladas, e pela própria imprensa. Mas nada disso teria sido capaz se não fosse à forma como esta elite se muniu pra ser hegemônica no poder político.

Com a consolidação do poder do PRR – representante da elite burguesa -, destaca-se uma série de medidas para dar uma nova feição a cidade de Porto Alegre, apoiando-se na legitimação do poder de caráter carismático e legal no meio urbano, e fazendo uma prática de dominação intelectual através de elementos simbólicos culturais, pondo os ideais burgueses e positivistas de progresso no seio da sociedade.

Devido ao tempo, esta pesquisa não contemplou outros aspectos produzidos pela reforma urbana, como por exemplo, explorar como os desfavorecidos deste projeto se arranjaram com as medidas de Otávio Rocha ou os movimentos de resistência contra este projeto. Ficará de tarefa para outra oportunidade, e de sugestão para outros pesquisadores.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. História da Cidade. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1993.
- BOEIRA, Nelson. O Rio Grande de Augusto Comte. IN: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio. RS: Cultura e Ideologia. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. pp.34-59.
- BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. A Reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1982.
- FÉLIX, Loiva Otero. Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996
- FONSECA, Pedro C. Dutra. RS: Economia e Conflitos Políticos na República Velha. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- MONTEIRO, Charles. Porto Alegre: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. A Burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- _____. O cotidiano da República. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

- _____. O imaginário da Cidade: Visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1999.
- PINTO, Celi Regina. Positivismo: um projeto político alternativo. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- QUINTANERO, Tânia; BARBOSA, Maria Lígia; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: ED. UFMG, 1995.
- REICHEL, Heloisa Jochims. A industrialização no Rio Grande do Sul n república Velha. IN: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio (orgs.). RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979. pp. 255-275.
- TRINDADE, Hélió. A república positivista: teoria e prática. IN: _____ (org.). O Positivismo, Teoria e Prática. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.
- _____. Aspectos políticos no sistema partidário republicano rio-grandense (1882-1937). IN: DACANAL, José H.; GONZAGA, Sérgio. RS: Economia e Política. Porto Alegre: Mercado Aberto: 1979. pp 119-191.
- WEBER, Max. Conceitos básicos de sociologia. 2ª ed. São. Paulo: Centauro, 2002.

Referencias em meio eletrônico e recurso áudio-visual:

- L'APICCIRELLA, Nadime. O papel da educação na legitimação da violência simbólica. REVISTA ELETRÔNICA DE CIÊNCIAS, São Paulo, N° 20, j ul de 2003. Disponível em: http://www.cdcc.sc.usp.br/ciencia/artigos/art_20/violenciasimbolo.html. Acesso em: 25/04/2009
- PATTO, Maria Helena Souza. Estado, Ciência e Política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. Estudos avançados, São Paulo. Vol.13 n° 35, pp. 167-198. Jan/abr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000100017>. Acesso em: 08/04/09.
- PORTO ALEGRE: Meu canto no mundo. Direção: Cícero Aragon e Jaime Lerner. Produção: Cícero Aragon. Porto Alegre: Infoco filmes, 2006. DVD (74 min. COLOR).